

Ata nº 060 da Sessão Ordinária nº 060, de
31 de outubro de 2013.

Às nove horas do dia trinta e um de outubro de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor **SÉRGIO DANTAS** como Conselheiro substituto, nos termos da Portaria nº 1587/2013. Convocada a Auditora **ADRIANA OLIVEIRA** para apresentar proposta de Decisão, nos termos do art. 19, II da Lei Orgânica do TCM/PA. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 2: **Processo nº 530012004-00; Prefeitura Municipal de Oriximiná; Prestação de Contas – 2004; Responsável Luiz Gonzaga Viana Filho; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Oriximiná, a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2004, de responsabilidade de Luiz Gonzaga Viana Filho. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para as providências que entender cabíveis*". **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos Autos. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento do processo de nº 4: **Processo nº 572172007-00; Fundo Municipal de Educação de Ponta de Pedras; Prestação de Contas – 2007; Responsável Consuelo Maria da Silva Castro; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Ponta de Pedras, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Consuelo Maria da Silva Castro, em favor da qual deve ser expedido alvará de quitação no valor de R\$ 532.129,20 (quinhentos e trinta e dois mil cento e vinte e nove reais e vinte centavos), após o recolhimento ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte: 1 – R\$-1.000,00 (mil reais), com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM/PA, pela não apropriação dos encargos patronais dentro do exercício e ausência do parecer do Conselho Municipal de Educação*". **Em votação**: o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Educação de Ponta de Pedras, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Consuelo Maria da Silva Castro, em favor da qual deve ser expedido Alvará de Quitação no valor de R\$-532.129,20 (quinhentos e trinta e dois mil, cento e vinte e nove reais e vinte centavos). **Por maioria**: recolher ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias: 1 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM/PA, pela não apropriação dos encargos patronais dentro do exercício e ausência do parecer do Conselho Municipal de Educação. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 572182007-00; FUNDEB de Ponta de Pedras; Prestação de Contas – 2007; Responsável Consuelo Maria da Silva Castro; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela aprovação da prestação de contas do FUNDEB de Ponta de Pedras, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Consuelo Maria da Silva Castro, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 5.130.319,22 (cinco milhões, cento e trinta mil trezentos e dezenove reais e vinte e dois centavos), após o recolhimento ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, do seguinte: 1 – R\$ 1.000,00 (hum mil reais), com fundamento*".

120-A, II do RI/TCM/PA, pela não apropriação dos encargos patronais dentro do exercício". **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do FUNDEB de Ponta de Pedras, exercício 2007, de responsabilidade da Sra. Consuelo Maria da Silva Castro, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-5.130.319,22 (cinco milhões, cento e trinta mil, trezentos e dezenove reais e vinte e dois centavos). **Por maioria:** recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias: 1 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 120-A, II do RI/TCM/PA, pela não apropriação dos encargos patronais dentro do exercício. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1352042008-00; Fundo Municipal de Educação de Curuá; Prestação de Contas – 2008; Anuais de Gestão; Responsável Adriana Pereira da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Retirado de Pauta. **Processo nº 343982010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Inhangapi; Prestação de Contas de Gestão; Responsável Midori Oki Igacihalaguti; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Inhangapi, exercício de 2010, de responsabilidade de Midori Oki Igacihalaguti, em razão das irregularidades verificadas na instrução para as quais não houve manifestação da interessada, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 953352008-00; Fundo Municipal de Educação de Medicilândia; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Valdina da Silva Tavares; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Medicilândia, exercício de 2008, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-20.112.477,13 (vinte milhões, cento e doze mil, quatrocentos e setenta e sete reais e treze centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 953352009-00; Fundo Municipal de Educação de Medicilândia; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Edmiel da Silva Almeida; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de Medicilândia, exercício de 2009, com a expedição do respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-10.461.205,50 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, duzentos e cinco reais e cinquenta centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 560192011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Peixe-Boi; Prestação de Contas de Gestão; Responsável Élia Jaques Rodrigues; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Peixe-Boi, exercício de 2011, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-898.083,12 (oitocentos e noventa e oito mil, oitenta e três reais e doze centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 754082010-00; Fundo Municipal de Educação de São Domingos do Capim; Prestação de Contas Anuais de Gestão; Responsável Sandra Regina de Melo da Silva; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**

discussão. O Conselheiro proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação de São Domingos do Capim, exercício de 2010, de responsabilidade de Sandra Regina de Melo Soares, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201107040-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria - Portaria nº 1.311/11; Interessado Diomar Batista de Souza; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201306070-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria - Portaria nº 028/2013; Interessada Joana Gonçalves de Sousa; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Auditora Adriana Oliveira.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora proferiu sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201107494-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Ananindeua -IPMA; Aposentadoria - Portaria nº 051/2011; Interessada Maria Celeste Maciel Fernandes; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Auditora Adriana Oliveira.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Relatora proferiu sua proposta de **DECISÃO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201217114-00; IPAMB/PMB; Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 033/2012, de 01.09.2012; Interessado Luiz Octavio Cunha; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antonio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Às nove horas e trinta e cinco minutos, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão de pauta, com o julgamento dos processos de nº's 1 e 3: **Processo nº 880012004-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas - 2004; Responsável Renato Coradassi; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Concórdia do Pará a não aprovação das contas prestadas pelo Sr. Renato Coradassi, responsável pelo exercício de 2004, com o recolhimento atualizado da conta "Agente Ordenador" no valor de R\$-1.120.378,06 (um milhão, cento e vinte mil, trezentos e setenta e oito reais e seis centavos), e aplicação de multa pela não remessa dos RGF's no percentual de 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, o que corresponde ao valor de R\$-10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), nos termos da Lei Federal nº 10.028/2000; encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 750022005-00; Câmara Municipal de São Domingos do Capim; Prestação de Contas - 2005; Responsável Osni de Jesus da Silva Oliveira; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.510, de 29.10.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de São Domingos do Capim, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Osni de Jesus da Silva Oliveira, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-586.205,15 (quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinco reais e quinze centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. Às nove horas e cinquenta minutos, a Conselheira Mara Lúcia retornou a Presidência da Sessão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.** A Presidência pediu a palavra e comunicou que não haverá expediente amanhã



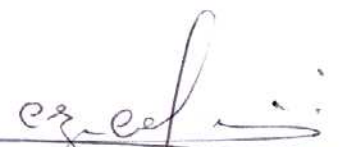
147 em razão da vistoria que será realizada nas dependências do Tribunal pelo Corpo de Bombeiros, com o retorno das
148 atividades na segunda feira. Em seguida, informou que no próximo dia onze (11) de novembro haverá uma reunião
149 Administrativa no Gabinete da Presidência. Lembrou, ainda, do 6º Encontro de Capacitação 2013 que acontecerá nos dias
150 doze (12), treze (13) e quatorze (14) de novembro, no Município de Bragança. O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra
151 para relatar que ainda existem algumas situações de alguns Municípios que não estão apresentando suas prestações de
152 contas, como por exemplo o Município de Aurora do Pará, exercício de 2008 e 2012 (1ª Controladoria), que estará
153 encaminhando para o Auditor Sérgio Dantas, e São João da Ponta 2013, da 2ª Controladoria que não apresentou o 1º e 2º
154 quadrimestres. Independente das providências a serem tomadas, propôs ao Plenário que sejam imediatamente
155 comunicados o Governo do Pará e o Ministério Público do Estado para providencias, inclusive as relativas ao artigo 84 da
156 Constituição do Estado do Pará, bem como realizada Tomadas de Contas com a consequente imputação de débito nesses
157 Municípios, o que foi acatado por todos. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**
158 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas da qual foi lavrada a presente
159 Ata.

160 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em trinta e um de outubro de dois mil e treze.
Visto:

ROBSON FIGUEIREDO DO CARMO

Secretário Geral


Conselheira vice Presidente **MARA LÚCIA**
Presidente da Sessão


Conselheiro Corregedor **CEZAR COLARES**
Presidente da Sessão